

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 33 No. 1 2020 Edição Especial: Museu Nacional (Volume 2)

ARTIGO

MONITORANDO TRANSFORMAÇÕES:

ARQUEOLOGIA DO MORRO DO CASTELO, RIO DE JANEIRO

Tania Andrade Lima*, Glaucia Malerba Sene**, Andrea Jundi Morgado***

RESUMO

Este artigo apresenta uma sequência de trabalhos de arqueologia urbana, realizados preventivamente no entorno do antigo Morro do Castelo, no centro do Rio de Janeiro, na circunstância das grandes transformações que ocorreram na região, na última década. Berço da cidade, no seu topo foi implantado seu núcleo embrionário, por razões defensivas, em 1567. O Morro atravessou os séculos até ser derrubado, na década de 1920, em meio a fortes polêmicas que dividiram a sociedade à época, para dar lugar ao projeto de modernidade materializado na Exposição Internacional de 1922, em comemoração ao centenário da Independência do Brasil. São apresentados os achados, um deles preservado como um marco da história da cidade, e discutido o significado simbólico do desmonte do Castelo.

Palavras-chave: Arqueologia Urbana; Arqueologia Preventiva; Morro do Castelo.

* Professora do Departamento de Antropologia do Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
E-mail: talima8@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0500-6028>.

** Professora do Departamento de Arqueologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.
E-mail: gmalerba@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4595-2430>.

*** Mestre em Arqueologia, Laboratoire de Préhistoire, Muséum National d'Histoire Naturelle de Paris.
E-mail: andrea.jundi6@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1537-8917>.

MONITORING CHANGES:

ARCHAEOLOGY OF MORRO DO CASTELO, RIO DE JANEIRO

ABSTRACT

This article presents a series of works in urban archaeology undertaken on a preventive basis in the area around the ancient Morro do Castelo in Rio de Janeiro, in the context of the large transformations taking place in the region over the last decade. The city's place of birth was built on top of the hill for defensive reasons in 1567. Morro do Castelo survived down the centuries until it was finally demolished in the 1920s, amid much controversy at the time, to make way for the project of modernity shown at the 1922 International Exposition. The findings are presented, one of them preserved as a landmark of the city's history, and the symbolic meanings of the demolition are discussed.

Keywords: Urban Archaeology; Preventive Archaeology; Morro do Castelo.

MONITOREANDO TRANSFORMACIONES:

ARQUEOLOGÍA DEL MORRO DO CASTELO, RIO DE JANEIRO

RESUMEN

Este artículo presenta una secuencia de trabajos de arqueología urbana realizados preventivamente en el entorno del antiguo Morro do Castelo, en Río de Janeiro, en la circunstancia de las grandes transformaciones que ocurrieron en la región en la última década. Cuna de la ciudad, en su cima se implantó su núcleo embrionario, por razones defensivas, en 1567. El Morro atravesó los siglos hasta ser derribado, en la década de 1920, en medio de fuertes polémicas que dividieron a la sociedad en la época, para dar lugar al proyecto de modernidad materializado en la Exposición Internacional de 1922. Se presentan los hallazgos, uno de ellos preservado como un marco de la historia de la ciudad, y es discutido el significado simbólico del desmonte.

Palabras clave: Arqueología Urbana; Arqueología Preventiva; Morro do Castelo.

INTRODUÇÃO

Ao longo de onze anos, entre 2005 e 2016, fomos chamados a realizar uma série de monitoramentos arqueológicos no centro da cidade do Rio de Janeiro, área de ocupação histórica que remonta aos primeiros tempos da sua fundação, no século XVI. Nesse período, a descoberta do pré-sal, a realização de eventos de grande porte, a ampliação da oferta de crédito imobiliário, entre outros fatores, favoreceram transformações urbanas expressivas e um *boom* imobiliário que atingiu o seu auge em 2011. Com tantas intervenções na cidade, os arqueólogos foram chamados a cumprir seu papel de prevenir a destruição do patrimônio porventura existente em seu subsolo, o que resultou em um aumento considerável dos acompanhamentos das obras em andamento.

Além das disposições da Lei Federal nº 3.924/88, da Portaria Iphan nº 230/2002, então vigente, e do EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança, instrumento de política urbana que atua preventivamente para impedir impactos na qualidade de vida de seus habitantes, o município do Rio conta com o decreto nº 22.872, de 2003, para a preservação do patrimônio arqueológico em obras realizadas pelo poder público municipal. Por esse decreto, *todas as obras que envolvam intervenções urbanísticas e/ou topográficas realizadas pelo Poder Público Municipal - direta ou indiretamente, em áreas que sugiram interesse histórico, deverão prever estudos e acompanhamento com vistas a pesquisa arqueológica.*

No cenário de grandes transformações urbanas exposto acima, esse somatório de instrumentos legais teve um papel decisivo, no sentido dos empreendimentos terem que cumprir suas determinações. Ganhou força no Rio a chamada Arqueologia Urbana, com equipes distintas se multiplicando em diferentes frentes de trabalho. Se entendida como a arqueologia praticada na cidade, ela compreende toda e qualquer pesquisa realizada no ambiente urbano, incluindo a investigação de sítios pré-coloniais. Já um subconjunto seu é entendido como a arqueologia da cidade¹. Ou seja, aquela que, em nosso ponto de vista, se dedica à recuperação da materialidade da sua história e trajetória, investigando seu surgimento, expansão e suas transformações através do tempo, à luz dos processos socioculturais, econômicos e políticos que as desencadearam e foram por elas desencadeadas.

Nosso trabalho se insere na vertente que investiga a cidade. Na esmagadora maioria dos casos, ela está fortemente amarrada à arqueologia preventiva em áreas densamente urbanizadas, onde quase já não existem mais espaços vazios. Em geral está atrelada a obras públicas e à demolição de edificações antigas e sua substituição por novas construções e equipamentos urbanos. Ou seja, trata-se de um tipo de pesquisa em que raramente é dada aos arqueólogos a possibilidade de escolha, para que sua pesquisa possa ser orientada para a resolução de problemas específicos, tendo em vista que o recorte da área trabalhada é ditado pela delimitação do empreendimento. Não obstante, mesmo com essa cerrada limitação, ainda assim é possível levantar questões relevantes relacionadas às formas de ocupação da cidade e aos processos acima mencionados, o que permite contornar a tendência predominantemente arqueográfica desses trabalhos.

Neste artigo é apresentada uma sequência de monitoramentos arqueológicos realizados no entorno do antigo Morro do Castelo, berço do Rio de Janeiro e hoje não mais existente, derrubado finalmente na década de 1920, após inúmeras tentativas feitas nesse sentido nos séculos anteriores, em decorrência da ideologia de sanitização e do ímpeto de modernização que grassava então na cidade.

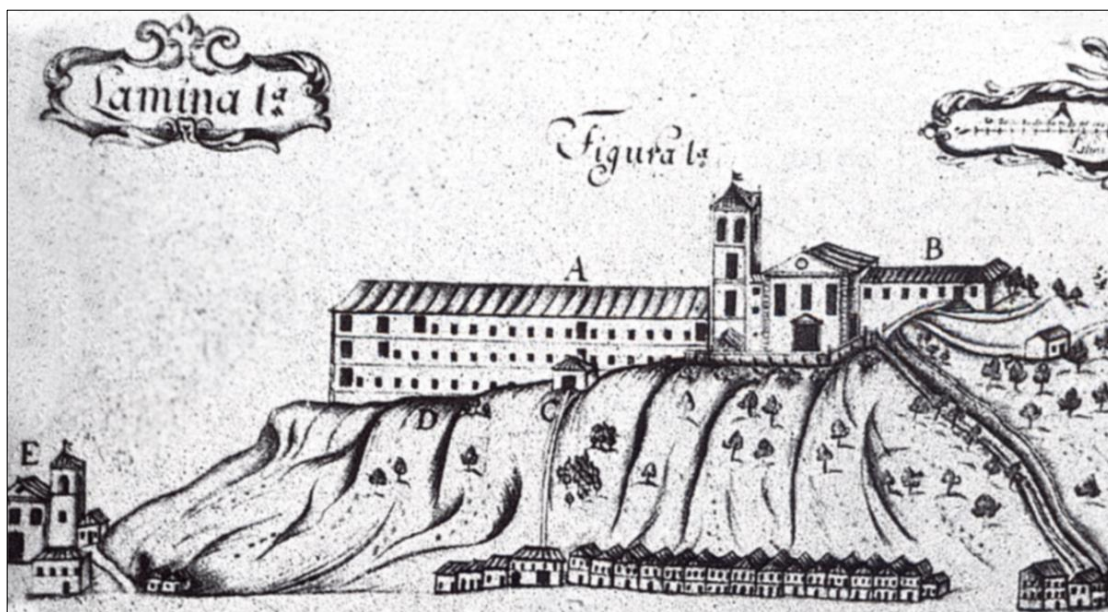
¹ Cf. pioneiros da Arqueologia Urbana: Salwen (1973), Foley (1967), Ingersoll (1971). E, posteriormente, Dickens (1982), Staski, (1982; 1987).

O acervo resultante da série de monitoramentos arqueológicos realizados, depositado em contêineres fora do Palácio da Quinta da Boa Vista, foi integralmente preservado do incêndio que o destruiu.

O MORRO DO CASTELO E SUA DERRUBADA

Em 1567, foi implantado por Mem de Sá, no topo do Morro do Castelo, à época chamado do Descanso, o núcleo embrionário da cidade do Rio de Janeiro. Esse promontório, uma elevação íngreme, com cerca de 65 m de altura e amplo domínio visual sobre a Baía da Guanabara, se configurou como um local quase inexpugnável, estratégico para os colonizadores portugueses, protegido contra os ataques dos franceses, por mar, e dos índios, por terra. Nele foram logo implantadas, nos moldes portugueses, as representações dos poderes religioso, militar e civil: a fortaleza de São Sebastião (que teria dado origem à sua segunda designação, por se assemelhar a um castelo), o reduto de São Januário, a Sé, a Igreja e o Colégio dos Jesuítas, a Casa de Câmara e Cadeia, além de algumas poucas unidades residenciais (Figura 1). O berço do Rio de Janeiro, cercado por Mem de Sá por uma robusta muralha, ganhou uma feição medieval, de caráter fortemente defensivo² (REIS FILHO, 1968; CAVALCANTI, 2004).

Figura 1 – Desenho do Colégio e da Igreja e de um trecho do sopé do Morro. Similigravura de lâmina do Arquivo da Companhia de Jesus. Reproduzido de *História da Companhia de Jesus no Brasil*, de Serafim Leite, tomo 6, p. 9, 1728 (NONATO & SANTOS, 2000). A) Colégio. B) Escolas antigas unidas ao Colégio pela Igreja. C) Guindaste que transportava material da praia para o Colégio. D) Sítio para as escolas novas. E) Igreja da Misericórdia em seu mais antigo aspecto conhecido, quando possuía uma torre sineira quadrangular. F) Praça na praia no sopé do morro do Castelo e casas da Rua da Misericórdia. À direita, a ladeira do Colégio que levava à Rua São José.



O morro tinha encostas íngremes que mergulhavam diretamente no mar, existindo apenas uma estreita faixa arenosa no sopé, onde consta que no século XVI foi instalada em uma das suas extremidades uma pequena ermida, de invocação a N. Sa. dos Navegantes. Nela começou a ser feito o culto à imagem de Santa Luzia, trazida por Estácio de Sá para o Brasil, que acabou por dar nome à praia onde estava situada. Naquele

² Sobre as dúvidas que cercam essa configuração inicial ver Abreu (2010).

mesmo século foi fundado pelos primeiros povoadores e sob a influência de José de Anchieta e Manoel da Nóbrega, também na praia de Santa Luzia, o hospital da Irmandade da Misericórdia, destinado a prestar atendimento aos acometidos por moléstias.

Esse núcleo original expandiu-se consideravelmente nos séculos seguintes, mas, vencidos os franceses e os índios, e diante da escassez de água e das dificuldades de acesso, ele acabou se espraiando pelas imediações; no caso, pela praia de D. Manoel e baixadas mais acessíveis nas proximidades. Nas várzeas, a cidade ganhou força, crescendo consideravelmente nos séculos seguintes. Pouco a pouco foi mudando o perfil dos seus moradores e o morro paulatinamente caiu em decadência, até ser considerado uma excrescência que impedia a ventilação e comprometia a salubridade. Plantado no meio do caminho, ainda por cima se considerava que ele inviabilizava o embelezamento urbano (MOTTA, 1992).

A cidade, instalada em meio a pântanos e lagoas, e assolada constantemente por epidemias que dizimavam seus moradores, atribuía as pestes aos miasmas produzidos pela falta de ventilação, já que os morros – sobretudo o do Castelo – impediam a circulação do ar (Figura 2). Do final do século XVIII em diante, inúmeras campanhas em favor da sua remoção começaram a ser feitas, com intensos debates entre os que condenavam e os que defendiam sua permanência, sugerindo uma urbanização em lugar do desmonte. Esses movimentos adentraram o século XIX cada vez mais acirrados³, porém nunca foram suficientes para derrubá-lo. Ao final dos oitocentos, embora tido como decadente e ocupado por camadas menos privilegiadas da sociedade e por segmentos marginais, o Castelo continuava de pé, mantendo a tradição e as raízes portuguesas, sem que ninguém conseguisse efetivamente deitá-lo por terra.

Para o Rio de Janeiro que aspirava à modernização, o morro se tornou um entrave ao progresso, símbolo da condição colonial que se desejava ver ultrapassada. Voltando as costas a Portugal e tendo agora Paris como seu grande modelo, o Rio promoveu, à entrada do século XX, uma radical reforma urbanística que pôs abaixo a velha cidade barroca, logo após o rompimento do império escravista em 1889 (ver BENCHIMOL, 1992). Impulsionada pela nova ordem capitalista emergindo com república nascente, essa reforma se configurou como uma das mais importantes intervenções urbanas realizadas na cidade. Na esteira dela, alguns anos mais tarde, o velho e emblemático Morro do Castelo finalmente foi posto abaixo, e, com ele, a memória dos primeiros tempos do Rio de Janeiro. O entrave foi eliminado e em grande parte arrasado no início da década de 1920⁴, dele restando apenas registros iconográficos e algumas peças sacras conservadas pelos Jesuítas

Independentemente dos aspectos concretos e da racionalidade da argumentação que procurava justificar sua derrubada como uma medida antes de tudo saneadora para a população, interessou-nos analisar a questão de uma perspectiva mais propriamente simbólica. Enquanto o Brasil esteve umbilicalmente ligado a Portugal, o apego às raízes parece ter falado mais alto e o Castelo continuou de pé. O esgarçamento das relações entre ambos, contudo, que culminou com a decretação do fim do regime monárquico e o banimento do imperador e sua família, acabou gerando um forte movimento de repulsa a Portugal e aos portugueses instalados no Brasil.

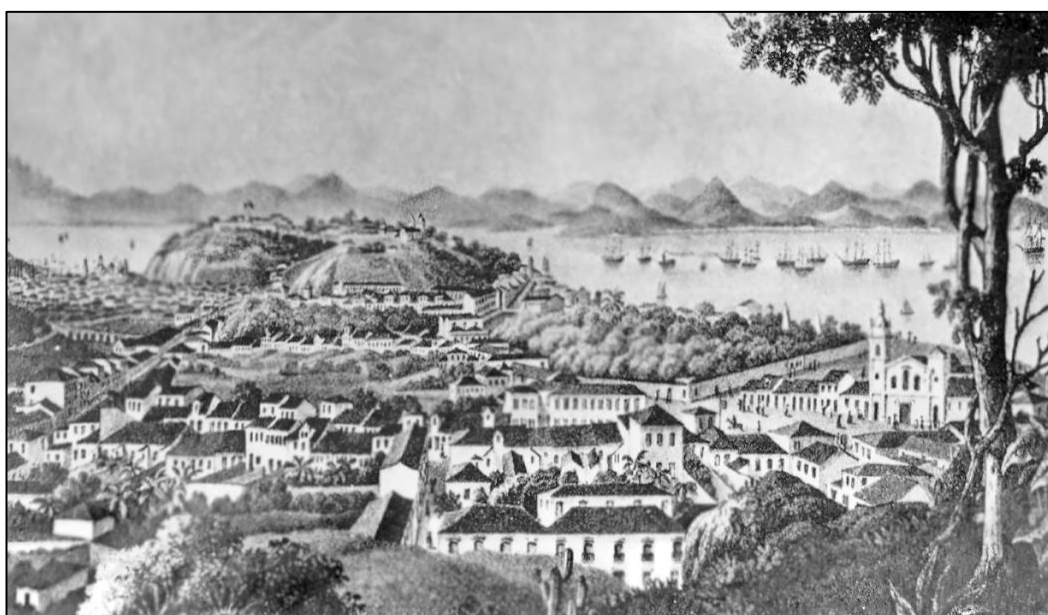
Como exposto anteriormente em outro estudo sobre o Rio de Janeiro (LIMA, 1994), o temor de uma possível restauração monárquica, onipresente a partir da implantação do novo regime, fez surgir o *jacobinismo*, um violento movimento de defesa dos ideais republicanos. Fortemente nacionalista e radical, ele emergiu de forma relativamente

³ Para os intensos, calorosos e polêmicos debates travados à época, ver Motta (1992); e, especialmente, Lima Barreto (1920).

⁴ Ver Nonato & Santos (2000). O arrasamento completo só seria concluído na década de 1940.

espontânea entre as camadas médias urbanas. Patriótico e intolerante, esse movimento foi responsável por um período de intensas agitações. Em meio a um clima de permanente sedição, os jacobinos espalharam terror através de ações armadas contra possíveis monarquistas. Aos portugueses, que constituíam cerca de 20% da população, eram atribuídas simpatias monarquistas, e eles passaram a ser implacavelmente perseguidos. Os jacobinos promoviam linchamentos, assaltavam suas lojas, incendiavam seus armazéns, empastelavam jornais, enquanto os mais intelectualizados escreviam artigos em linguagem virulenta, incitando à desordem, tendo como pano de fundo o rompimento formal de relações entre Brasil e Portugal, nos primeiros anos da república (HAHNER, 1976; CARVALHO, 1987; COARACY, 1988; CARDOSO, 1989; MUZZI, 2008; QUEIROZ, 1986, 1989; SEVCENKO, 2003).

Figura 2 – O Morro do Castelo, em *Vista da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro tirada do Convento de Santa Teresa*. Karl Robert von Planitz, 1840. MCM, IPHAN, RJ.



Em nosso ponto de vista, foi esse movimento de repúdio ao império escravista e, por extensão, aos portugueses, que deu o golpe de misericórdia no velho morro. Só quando o Rio deu definitivamente as costas a Portugal é que foi derrubado o Castelo. Embora o jacobinismo tenha morrido como movimento nos últimos anos do século XIX, ele se manteve por muito tempo arraigado no imaginário popular, tendo perdurado consideravelmente nas mentalidades da ex-colônia portuguesa.

A razão imediata levantada à época para o arrasamento, além dos argumentos sanitaristas e modernistas, foi a necessidade de criação de um amplo espaço urbano, uma grande esplanada à beira-mar para as comemorações do Centenário da Independência do Brasil, em 1922, a ser festejada com uma espetacular exposição universal, aos moldes das promovidas no século XIX na Europa e nos Estados Unidos, mas já então em declínio, destinadas a apresentar os avanços da indústria e as grandes conquistas da modernidade, em clima de ufanismo nacionalista⁵. E aqui nós destacamos, mais uma vez, o aspecto fortemente simbólico do desmonte do morro. Afinal, para os progressistas, que melhor forma de se comemorar os cem anos da independência do que varrendo do mapa o principal marco de Portugal na paisagem do Rio de Janeiro?

⁵ Sobre a Exposição Internacional de 1922, ver Motta (1992).

O desmorte do morro foi um episódio dramático. O processo, iniciado com morosas carroças puxadas a burro, teve que ser acelerado, com a instalação de um sistema de vagões que corriam em trilhos desde o morro até a beira do mar, onde era descarregado o entulho (Figura 3). Não suficientemente rápido, ele foi substituído por um sistema de potentes mangueiras hidráulicas, impulsionadas com bombas de alta pressão, uma tecnologia inovadora para a época. Os fortes jatos de água transformavam rapidamente o morro em lama (Figura 4), que era depositada na linha da praia, aterrando progressivamente a área e criando novos espaços.

Figura 3 – O início do desmorte do Morro do Castelo, em 1921, com carroças puxadas a burro. À direita, fachada posterior do edifício da Biblioteca Nacional. Ao fundo, o Pão de Açúcar. Foto: Augusto Malta.

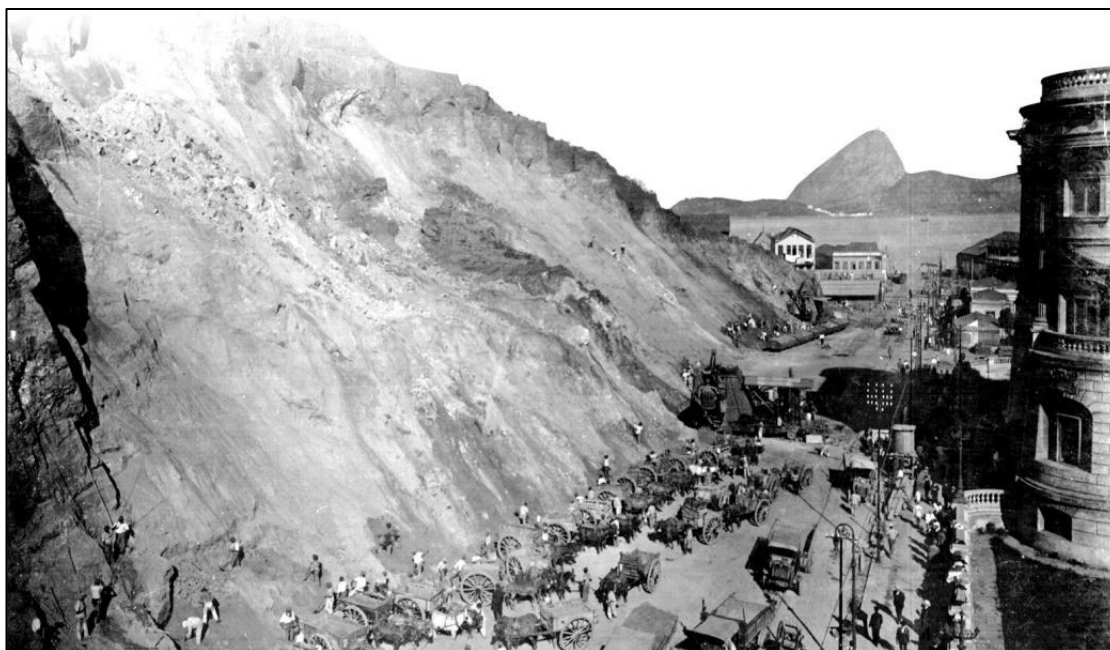
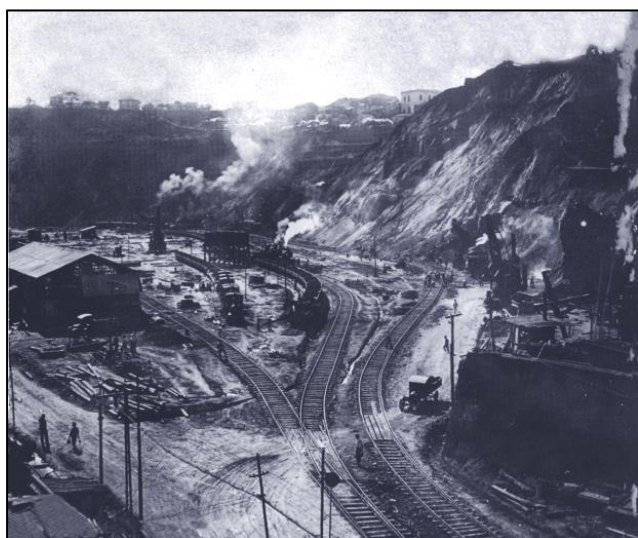


Figura 4 – A) À esquerda, “Trens para o transporte de terra e entulho do Castelo, 1922”. B) À direita, “Desmorte hidráulico do Morro do Castelo, 1922”. Fotos de Augusto Malta, MIS, RJ.



No lugar do velho morro surgiu a chamada Esplanada do Castelo (Figura 5 A), e sobre ela foi erguida a Exposição Internacional de 1922, com pavilhões de arquitetura monumental e grandiloquente (Figura 5 B) que em nada lembravam a velha cidade que se queria esquecida.

Figura 5 – A) À esquerda, a esplanada formada pelo aterro dos sedimentos do Morro do Castelo. Ao fundo, o Pão de Açúcar. B) À direita, os pavilhões da Exposição Internacional de 1922 edificadas na Esplanada do Castelo. Fotos: autores desconhecidos.



Terminada a exposição, a área foi sendo progressivamente ocupada no processo de expansão do Rio de Janeiro. Do velho Morro do Castelo sobrou apenas o nome, que passou a designar a chamada Esplanada do Castelo, e o sopé da Ladeira da Misericórdia, a principal via de acesso ao morro e a primeira rua da cidade que recebeu calçamento. Mas que hoje, com o desmonte, não leva mais a lugar algum.

O QUE RESTOU EM SUBSOLO DESSAS TRANSFORMAÇÕES RADICAIS

Um programa de implantação de garagens subterrâneas no centro do Rio de Janeiro, iniciado em 2005, somado à construção de uma garagem de prédio público e também de edifícios no entorno do que foi outrora o Morro do Castelo ensejou o monitoramento arqueológico das escavações efetuadas por esses diferentes empreendimentos. Situados nas suas imediações, eles foram projetados em áreas aterradas ou na esplanada formada pelos sedimentos resultantes do seu desmonte. Uma sequência de quatro intervenções se apresentou como uma oportunidade para recuperar o que porventura tivesse restado, nos sedimentos do desmonte, da vida cotidiana no Morro do Castelo, desde os seus primórdios até a década de 1920: a garagem subterrânea Santa Luzia, na área aterrada da antiga praia de Santa Luzia; o edifício-garagem do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, também na área aterrada da antiga praia de Santa Luzia, porém no seu extremo oposto; adjacente a ele, o edifício da Academia Nacional de Medicina, na mesma área; e, por fim, a construção das Lâminas IV e V do Tribunal de Justiça, respectivamente na base do Morro do Castelo e na área também aterrada da antiga praia de D. Manoel.

1. A Garagem Subterrânea Santa Luzia

O primeiro deles foi a construção da Garagem Subterrânea Autopark S/A, posteriormente denominada Santa Luzia, localizada no subsolo ao longo da av. Presidente Antonio Carlos, no trecho entre a av. Beira Mar e a rua Almirante Barroso. O monitoramento da obra foi feito em duas etapas, a primeira referente ao remanejamento de redes subterrâneas, entre maio e novembro de 2005; e a segunda, de escavação propriamente dita, entre maio de 2006 e junho de 2007.

Ao longo dos trabalhos de remanejamento das redes subterrâneas foi constatada uma maior concentração de vestígios arqueológicos dos séculos XVIII, XIX e início do XX, nas proximidades da Igreja de Santa Luzia, que substituíra, em meados do século XVIII, a velha ermida ali existente. A antiga linha costeira margeava então o Passeio Público, a Igreja de Santa Luzia e o Hospital da Misericórdia, no sopé do Morro do Castelo (Figuras 6 e 7).

Figura 6 – Nesta planta, a seta à esquerda aponta a Igreja de Santa Luzia; à direita, o complexo da Misericórdia; e entre ambos, pontilhada, a estreita faixa da praia de Santa Luzia, tendo por detrás o Morro do Castelo e suas construções. Na extremidade à direita, a Ponta e o Forte do Calabouço, além da Casa do Trem, posteriormente Arsenal de Guerra. *Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*. [Entre 1758 e 1760], Biblioteca Nacional⁶.

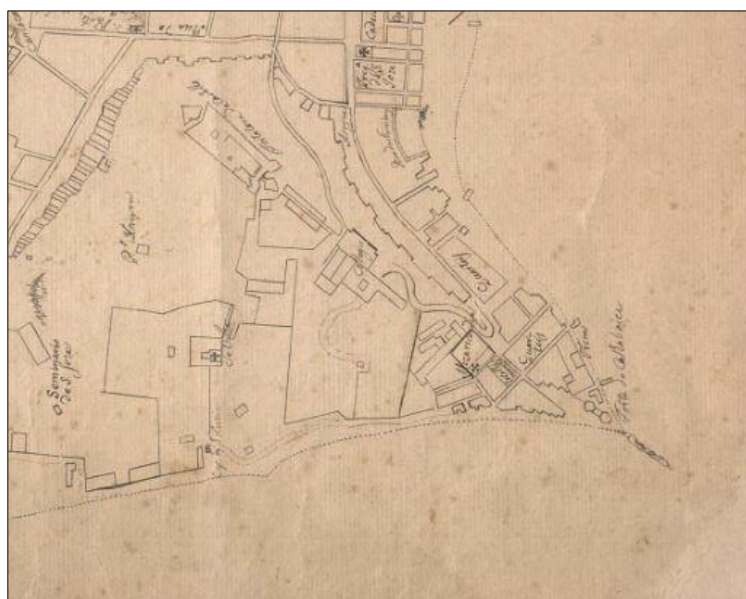


Figura 7 – A antiga Igreja de Santa Luzia, da segunda metade do século XVIII, à beira da praia, antes da reforma de 1872 e do alargamento e arborização da rua que recebeu seu nome. Foto: George Leuzinger.



⁶ Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart309972/cart309972.html. Acesso em 20 maio 2019.

Em 1838, foi feita uma grande reforma nessa região, com a construção do novo Hospital da Santa Casa da Misericórdia, consideravelmente ampliado, e a remoção do seu antigo cemitério para a Ponta do Caju. Para a edificação do hospital foi feito um corte no Morro do Castelo, tendo em vista que a estreita faixa disponível na praia não oferecia espaço suficiente para a ampliação que se fazia necessária. Os sedimentos provenientes desse corte foram utilizados para aterrar a praia, alargar e arborizar a até então acanhada rua Santa Luzia.

Em 1906, como parte do processo de remodelamento promovido no centro da cidade pelo Prefeito Pereira Passos, foi feita a retificação da Praia de Santa Luzia (Figura 8), com a construção de uma amurada de blocos de granito como proteção contra ondas do mar. O outro aterro de grandes proporções foi o realizado em 1921, por ocasião do desmonte do Morro do Castelo. Todo o sedimento resultante dessa megaoperação foi depositado na linha da costa, formando a grande esplanada destinada a acolher a Exposição de 1922.

Figura 8 – A retificação da Praia de Santa Luzia e a Igreja de mesmo nome, já no século XX, após a reforma que lhe acrescentou uma segunda torre sineira, no século XIX, vistas do Morro do Castelo pouco antes do seu desmonte. Foto: autor desconhecido.



Em toda a área monitorada foi recuperada uma copiosa cultura material totalmente descontextualizada, que pode ser agrupada em três grandes conjuntos: 1) vestígios do século XVIII, minoritários, resultantes de atividades cotidianas, que incluem também alguns poucos materiais construtivos; 2) vestígios do século XIX, os mais abundantes, também resultantes de atividades cotidianas; e 3) vestígios da Exposição Internacional de 1922, consistindo sobretudo em materiais construtivos e estruturas arquitetônicas, como segmentos de pisos de lajotas, ladrilhos hidráulicos e pastilhas; pórtico, lance de escada, muretas e balaústres, entre outros.

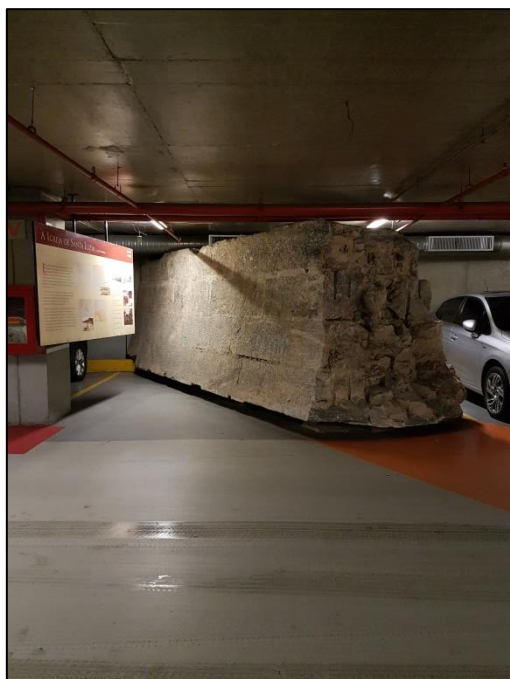
O único achado de caráter excepcional, próximo à Igreja de Santa Luzia, foi um segmento da amurada de blocos de granito construída no início do século XX, durante a administração Pereira Passos, para conter o aterro feito sobre a antiga praia de Santa Luzia e dissipar a energia das ondas do mar. Composto por blocos maciços de granito, lavrados na face externa voltada para o mar e irregulares na face interna, o trecho aparente mediu 19,55 m de extensão, 3,50 m de altura e 1,65 m de largura média. Por decisão da Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro, foi acertado que dois segmentos

da amurada – um maior e outro menor – pela sua relevância para a história da cidade, permaneceriam expostos na garagem subterrânea, para fruição da população carioca. Para tanto, em operação noturna, eles foram rigorosamente plotados, cortados com fio diamantado na base, erguidos por guindaste e assentados na superfície da Praça Mahatma Gandhi, para que as escavações pudessem prosseguir. Uma vez finalizadas, as estruturas foram de novo alçadas por guindaste e reassentadas rigorosamente em seu lugar original (Figura 9), onde permanecem até hoje, no estacionamento subterrâneo Santa Luzia (Figura 10 A e B). A sequência de fotos abaixo mostra algumas etapas desse processo.

Figura 9 - No retorno da estrutura ao seu local, o preparo do leito para sua acomodação no piso da garagem subterrânea e início do processo de suspensão e transporte da amurada, vista em sua face posterior; a estrutura sofreu uma rotação para voltar à sua posição original no terreno, com sua face lavrada voltada para o mar, e foi reassentada rigorosamente em sua posição original. Fotos: T. A. Lima.



Figura 10 – A) O segmento maior da amurada, tal como se encontra hoje em dia no espaço do estacionamento subterrâneo. À esquerda, sua face originalmente voltada para o mar, em blocos de granito lavrado; e, no corte lateral, seu sistema construtivo. B) À direita, a face posterior, composta por blocos irregulares. Fotos: T.A. Lima.



2. O edifício-garagem do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

O segundo monitoramento realizado no entorno do Morro do Castelo foi a construção, entre fevereiro de 2008 e abril de 2009, do edifício-garagem subterrâneo do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, localizado na Praça Antenor Fagundes, em terreno adjacente ao seu prédio, situado na Av. Marechal Câmara n° 370. Esse local correspondia, nos séculos XVIII e XIX, à antiga praia de Santa Luzia.

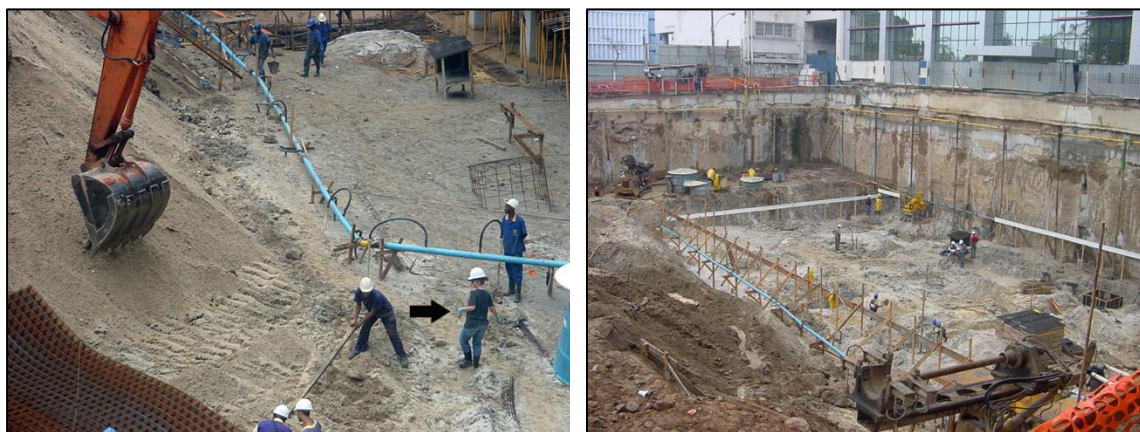
Para fins metodológicos e de controle da proveniência de materiais arqueológicos, a área do empreendimento, de 3.300 m², foi dividida em quatro quadrantes, designados como norte, sul, leste, oeste. Os pilares da edificação, todos numerados na planta do empreendimento, foram escolhidos como referenciais para a plotagem dos achados arqueológicos feitos no decorrer das escavações, mecânicas e manuais.

Da superfície até aproximadamente 3,00 m de profundidade, os sedimentos escavados apresentaram características de aterro, com ocorrência de materiais arqueológicos. Excepcionalmente foi encontrado um bolsão em uma trincheira feita na calçada, adjacente ao portão da obra, de exuberante fertilidade arqueológica, com milhares de fragmentos de azulejos com padrões decorativos muito variados. Entre 3,00 e 5,00 m, no final da camada de aterro e início da camada de areia do mar, de textura grossa e coloração amarelada (antiga praia de Santa Luzia), a quantidade de materiais arqueológicos aumentou exponencialmente, assim continuando até alcançar 9,00 m de profundidade, ocorrendo sempre em sedimento arenoso de fundo de mar, em diferentes gradações de cor e granulometria. As escavações desceram até 11,00 m, já então com escassos vestígios arqueológicos nos níveis mais profundos (Figura 11 A e B).

Ao longo do monitoramento, foi recuperada grande quantidade de materiais diversificados, resultantes de descarte, à beira d'água, de toda sorte de coisas imprestáveis de uso cotidiano e doméstico, atribuídos aos setecentos e sobretudo aos oitocentos; 1) grande quantidade de ossos de animais, os vestígios mais abundantes resgatados, descartados do açougue da Misericórdia, localizado nas suas imediações nos séculos

XVIII e início do XIX; 2) restos humanos atribuídos ao cemitério da Misericórdia, onde eram feitos enterros de indigentes. 3) vestígios do século XVIII, minoritários, resultantes de atividades domésticas cotidianas no Morro do Castelo, em especial faianças portuguesas; 4) vestígios do século XIX, mais abundantes, também resultantes de atividades cotidianas no Morro do Castelo, aí incluídos itens pessoais; 5) materiais construtivos e elementos decorativos de fachadas, particularmente uma expressiva quantidade de azulejos do século XIX, telhas de beiral de louça pintada, estátuas de louça vidrada, utilizadas como ornamentos em platibandas, no coroamento de fachadas e também em jardins, entre outros, oriundos do Morro do Castelo; 6) cadinhos provenientes, ao que tudo indica da vizinha Casa do Trem (depósito de “trem de artilharia”), posteriormente Arsenal de Guerra, que fundia metais para munições e reparo de armamentos à época; vestígios pouco abundantes da Exposição Internacional de 1922, consistindo sobretudo de materiais construtivos e elementos arquitetônicos, como pisos hidráulicos, balaústre, entre outros.

Figura 11 – Escavação dos níveis arenosos da antiga Praia de Santa Luzia e do fundo do mar. Fotos T.A. Lima.



Em um setor do terreno, a 2,00 m de profundidade foi encontrado um outro segmento da amurada exposta nas escavações do estacionamento subterrâneo Santa Luzia, acima descrita, agora medindo 24 m de extensão e 1,80 m de largura em sua porção superior. Esse trecho apresentou um sistema construtivo muito distinto daquele recuperado na Av. Presidente Antonio Carlos, em pedras brutas de diferentes dimensões. Na sua face interna foi feito um cuidadoso preenchimento dos espaços existentes entre esses blocos com pedras pequenas. No entanto, na outra extremidade da estrutura, foi retomado o mesmo sistema construtivo de grandes blocos de granito primorosamente lavrados, como na Av. Presidente Antonio Carlos. Provavelmente em decorrência disto, foi aplicado na face externa do trecho de pedras brutas um reboco na superfície, imitando grosseiramente, com incisões feitas na massa, o desenho da junção dos grandes blocos lavrados (Figuras 12 A e B e 13 A e B).

Uma possível explicação para esse segundo segmento da amurada, com um sistema construtivo diferenciado que parece ocorrer apenas nesse trecho, é se tratar de uma estrutura mais antiga, que não foi demolida quando da construção da amurada de Pereira Passos, possivelmente visando-se aproveitar a que já existia no local. O reboco teria sido feito para mascarar a diferença gritante entre os dois sistemas construtivos, desenhando-se na massa a junção das pedras lavradas, porém compondo um pastiche grosseiro que contrasta fortemente com o apuro artesanal da amurada de Pereira Passos.

Ferros chumbados na amurada, pesadas correntes, âncoras e remanescentes de cordas atestaram se tratar de um local de atracação de embarcações, por certo de pequeno porte e pouco calado, em virtude do robusto enrocamento contíguo à amurada para atenuar os impactos contínuos das ondas do mar. Mesmo assim, foi solapada uma porção expressiva da sua base, provocando grandes rombos na porção inferior. É provável que se trate do cais da Santa Casa da Misericórdia, construído por ocasião da retificação da rua Santa Luzia, em 1840.

Em vista do mau estado de conservação da amurada, a Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro determinou uma minuciosa descrição, registro e documentação da estrutura, autorizando sua demolição.

Figura 12 – A) Face anterior da amurada, voltada o mar, muito danificada pelo impacto das ondas do mar, sobretudo na base, apesar do robusto enrocamento para atenuá-lo. B) A junção dos sistemas construtivos da amurada e o reboco feito para mascarar a diferença gritante entre ambos, resultando em um pastiche grosseiro. Fotos: T. A. Lima.



Figura 13 – A) Face posterior da amurada. B) No detalhe, o sistema construtivo com grandes blocos de pedra preenchidos nos intervalos com pedras pequenas, muito distinto da edificada por Pereira Passos, feita com grandes blocos lavrados de granito. Fotos: T.A. Lima.



3. O edifício da Academia Brasileira de Medicina

No terreno adjacente ao do edifício-garagem do Ministério Público, localizado à Av. General Justo nº 375, com 1.600 m², foi projetado o edifício sede da Academia Brasileira de Medicina. Coube-nos monitorar as escavações do empreendimento, realizadas entre junho de 2009 e agosto de 2010 (Figura 14 A e B).

Figura 14 – A) À esquerda, o início da escavação do terreno da Academia de Medicina, ao lado do edifício-garagem do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, com fachada de vidro espelhado. B) À direita, a escavação nos níveis arenosos mais profundos, do fundo do mar.
Fotos: T. A. Lima



Para fins metodológicos e de controle da proveniência de materiais arqueológicos, a área do empreendimento foi dividida em quatro quadrantes, designados como norte, sul, leste, oeste. Os pilares da edificação, todos numerados na planta do empreendimento, foram escolhidos como referenciais para a plotagem dos achados arqueológicos feitos no decorrer das escavações, mecânicas e manuais. Até 3,00 m de profundidade os sedimentos escavados foram caracteristicamente de aterro. Dessa profundidade em diante, apareceu um solo arenoso de fundo de mar, que se manteve daí em diante e até 12,00 m de profundidade com diferentes gradações de cor e granulometria, nele ocorrendo expressiva quantidade de materiais arqueológicos.

Sendo o terreno da Academia Nacional de Medicina adjacente ao do edifício-garagem do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, era esperada e foi de fato confirmada a mesma fertilidade arqueológica do sítio vizinho. Grande quantidade de ossos de animais, provenientes do açougue da Misericórdia nas imediações, assim como ossos humanos atribuídos ao cemitério da Santa Casa, foram também encontrados. Faianças portuguesas dos séculos XVII e XVIII testemunham as ocupações mais antigas do Morro do Castelo, seguidas de grande número de faianças finas e outros elementos da tralha doméstica oitocentista. Em maior quantidade que no terreno do Ministério Público foram encontrados projéteis de artilharia, no caso duas balas de canhão e 335 balins, além de materiais relacionados à fundição de metais, como cadinhos. Esses últimos podem ter sido resultantes de descartes no mar tanto da antiga e vizinha Casa do Trem, cujas fornalhas e forjas funcionaram ativamente no último quartel do século XVIII, quanto do Arsenal de Guerra, que foi instalado no local posteriormente, em 1832, onde foi mantido até o início do século XX. Aparentando um grau de desgaste extremo, os cadinhos, de grande porte, foram utilizados até sua exaustão, quando então parecem ter sido descartados no mar.

Já no caso dos projéteis de artilharia, foi solicitado um parecer do especialista em história militar Adler Homero Fonseca de Castro, então lotado no Departamento de Proteção Material e Fiscalização do Iphan, para a correta identificação desse material e seu possível destino. Segundo o historiador, em minucioso parecer emitido em julho de 2010, as esferas de ferro fundido são:

balins de *pirâmides*, um tipo de munição de artilharia de alma lisa e de carregar pela boca, composta de duas ou três fileiras de balas de diâmetro menor do que o do canhão onde seria usada, arrumadas em torno de uma armação metálica [Figuras 15

e 16]. Esse projétil, ao ser disparado, se desmanchava, espalhando os balins, que faziam os estragos no alvo em uma área maior do que a coberta por apenas um disparo de munição sólida⁷.

Figura 15 – Os 335 balins recuperados. Foto: T. A. Lima.



Figura 16 – Pirâmides do acervo do Museu Histórico. Fonte: Castro (2010).



Ao que tudo indica originários do vizinho Arsenal de Guerra, em 1901 já eram considerados obsoletos e imprestáveis. Com a desativação e paulatina transferência dessa instituição entre 1902 e 1909, definitivamente concluída em 1922 para dar lugar a um dos pavilhões da Exposição Internacional, o descarte dessas esferas no mar provavelmente ocorreu em algum momento desse período.

A Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro foi consultada, em três ofícios sucessivos, sobre a possibilidade de descarte desse material, tendo em vista se tratar, segundo o historiador militar consultado, de a) munição incompleta que impossibilita sua leitura no contexto original; b) não estar associado a nenhum fato histórico; c) da inexistência de qualquer estrutura no local. Sem qualquer resposta da Superintendência,

⁷ Parecer Depam/Iphan 09/2010, de 26 de julho de 2010. In: Relatório Final de Monitoramento Arqueológico da Construção das Lâminas IV e V do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, 2010. Depositado na Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro; e Relatório Complementar de Monitoramento Arqueológico da Construção do Edifício Comercial da Academia Nacional de Medicina, 2013. Depositado na Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro.

optamos por recolher um exemplar de cada diâmetro das peças de artilharia, deixando o restante no próprio local do empreendimento.

Esse achado proporcionou uma reflexão sobre critérios de descarte de materiais arqueológicos, no quadro de absoluta saturação das reservas técnicas de arqueologia no Brasil. O problema foi apresentado formalmente para discussão, em comunicação feita em evento realizado no Brasil (LIMA, 2011), clamando por diretrizes para uma política de descarte de materiais arqueológicos, a ser instituída pelo Iphan conjuntamente com a comunidade científica.

Os resultados dos trabalhos realizados na Garagem Subterrânea Santa Luzia, no edifício-Garagem do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, e no edifício da Academia Nacional de Medicina (Figura 17), no entorno do que outrora foi o Morro do Castelo, foram comunicados em dois eventos, ambos no exterior, um em Portugal (LIMA *et al*, 2008) e outro na Argentina (LIMA *et al*, 2010), bem como publicados em artigo também na Argentina (LIMA *et al*, 2010).

Figura 17 – Em primeiro plano, a praça construída sobre a garagem subterrânea do Ministério Público do Rio de Janeiro, seu prédio ao fundo, em ângulo com o da Academia Nacional de Medicina. Antiga Praia de Santa Luzia. Foto: Andrea Jundi.



4. As Lâminas IV e V do Tribunal de Justiça

A área do empreendimento designado como Lâmina IV, localizada junto à Praça dos Expedicionários, no Beco da Música s/nº, e a da Lâmina V, ao lado do edifício do Museu da Imagem e do Som, ambas do Tribunal de Justiça, situam-se da mesma forma no entorno do antigo Morro do Castelo.

No início do século XVIII, segundo o Atlas da Evolução Urbana da Cidade do Rio de Janeiro (BARREIROS, 1965), essa área ainda estava situada à beira-mar, na Praia de Dom Manuel, por volta de 1713. Em meados do século, em 1750, ela foi expandida com aterros destinados a alargar a estreita faixa de terra então existente. Ruas foram traçadas, e, na configuração apresentada por Barreiros para essa época, já aparece o Beco da Música, endereço da Lâmina IV do Tribunal de Justiça. Denominação antiga que se manteve até a atualidade, ela foi decorrente da função militar que teve em sua origem, associada às bandas dos regimentos militares que ali se reuniam.

Não há notícias de construções posteriores, mas a área adjacente à da Lâmina V recebeu um dos pavilhões da Exposição Internacional de 1922, destinado à Administração. Esse é um dos prédios remanescentes daquele grande evento, que não

chegou a ser demolido como muitos outros e foi até recentemente ocupado pelo Museu da Imagem e do Som.

a) A Lâmina IV

O terreno escavado encontrava-se no nível médio da curva topográfica 103,00 e foi escavado mecânica e manualmente até a profundidade de 7,50 m, entre julho e agosto de 2009. Em vista do entendimento, por parte da Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro, de se tratar de terreno original do Morro do Castelo, a escavação foi liberada para o monitoramento, sem exigência de projeto de pesquisa arqueológica. Para fins metodológicos e de controle da proveniência de materiais arqueológicos, a área do empreendimento foi dividida em quatro quadrantes, designados como norte, sul, leste, oeste.

Vestígios arqueológicos ocorreram em toda a área da Lâmina IV onde havia sedimento, tanto nos níveis superiores quanto inferiores, porém em quantidades pouco expressivas. São evidências da vida cotidiana nas edificações do Morro do Castelo, seguramente a partir do século XVII – a julgar pelas poucas faianças portuguesas desse período encontradas – até o século XIX, cujos vestígios, de natureza doméstica e construtiva são mais numerosos. Todo esse material, de cronologias distintas e muito distanciadas, aparece misturado, atestando que se trata de redeposição, provavelmente resultante de atividades erosivas na parte mais elevada do morro que carregaram sedimentos e materiais culturais encosta abaixo. Entre elas, as conhecidas enxurradas reportadas à época que causavam transtornos consideráveis à população, tanto no morro quanto na várzea⁸.

A inexistência de estratigrafia em toda a área da Lâmina IV – salvo na parede do talude produzido pelas escavações – confirma esse quadro de sucessivas e contínuas movimentações e redeposições por fatores erosivos. Diante disso, na impossibilidade de se produzir, por um lado, conhecimento arqueológico novo sobre a vida no Morro do Castelo a partir das poucas evidências recuperadas em total descontextualização; mas, por outro, diante de um fenômeno da magnitude e importância como foi o desmonte do Morro do Castelo, berço da cidade, para a história do Rio de Janeiro, bem como de impacto para a sua memória, decidimos partir para uma nova senda de investigação.

Como tínhamos diante de nós a base do Morro do Castelo, entendemos que estávamos frente a uma oportunidade rara para se estudar a sua composição geológica, uma chance imperdível, considerando que ele não mais existe. Esse trabalho foi confiado ao geólogo Lucas Araújo Costa. Com esse objetivo, foram buscadas – tanto quanto possível – amostras de rocha fresca no decorrer da escavação da área, para a execução de lâminas petrográficas, e observada a estratigrafia do perfil exposto do talude dos quadrantes sudeste e sudoeste. A caracterização geológica do morro foi feita através da análise petrográfica das rochas que o compunham, da descrição de atributos direcionais e estruturais, aspectos da alteração do material e da sua dinâmica morfogenética. Os resultados desse estudo estão no Relatório Final de Monitoramento Arqueológico da Construção das Lâminas IV e V do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, datado de fevereiro de 2010, e depositado na Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro.

⁸ Para se referir às grandes tempestades e enxurradas que provocaram desmoronamentos no Morro do Castelo ao longo de todo o século XIX, foi cunhada a expressão “as águas do monte”. Vieira Fazenda (1920:41) relata vários episódios em 1711, 1756, 1860, 1862, 1896, 1897, e, mais particularmente, o que ocorreu entre os dias 10 e 17 de fevereiro de 1811, quando choveu incessantemente durante sete dias: rios transbordaram, pontes e caminhos foram destruídos, praças se tornaram mares de água barrenta, ruas foram transformadas em rios navegáveis por canoas, casas foram destruídas, ocorreram mortes em quantidade. Também Nonato & Santos (2000) se referem a inúmeros relatos sobre chuvas torrenciais e deslocamentos de terra do morro, de mesmas proporções.

b) A Lâmina V

No caso da Lâmina V, o terreno se encontrava no nível médio da curva topográfica 100,00 e foi escavado até a profundidade de 2,00 m (exceto o poço do elevador, até 3,20 m). Neste caso foi exigido projeto arqueológico, e o monitoramento foi feito em agosto e setembro de 2009.

Figura 18 – A) À esquerda, o terreno do empreendimento ao se iniciarem as escavações. B) À direita, ao final dos trabalhos, a exposição das areias da antiga praia de Dom Manuel.
Fotos: T. A. Lima.



Para fins metodológicos e de controle da proveniência de materiais arqueológicos, a área do empreendimento foi dividida em quatro quadrantes, designados como norte, sul, leste, oeste. Os níveis mais profundos exibiram a areia branca da antiga Praia de D. Manuel, dos primeiros tempos da colonização, com valvas de moluscos gastrópodes e bivalves, algumas delas acumuladas à beira mar, à época, por ação das ondas (Figura 18 A e B). Em seguida, tão logo o topo do Morro do Castelo foi se mostrando inviável para a expansão do núcleo urbano, foi necessário promover aterros nas estreitas várzeas adjacentes, de modo a se conseguir acolher a população cada vez mais numerosa.

Um primeiro episódio de aterro está representado em camada argilo-arenosa, de coloração marrom, imediatamente acima da areia da praia. Ela apresentou maciça e predominantemente faianças portuguesas dos séculos XVII e XVIII, além de materiais domésticos e restos alimentares. Uma camada argilosa castanho escuro a sucedeu e parece corresponder pelo menos a um ou a mais episódios de aterro, a julgar pelo seu conteúdo abundante e diversificado, incluindo tanto materiais mais antigos quanto do século XIX, entre eles materiais construtivos, domésticos e restos alimentares. Foi a camada mais fértil, na qual se concentrou a maior parte do material arqueológico recuperado na área da Lâmina V, seguramente em grande parte do século XIX, quando a área já se encontrava densamente ocupada, seguindo-se evidências do início do século XX. O modo como todo esse material se apresentou mesclado no sedimento sugeriu fortemente tratar-se de aterro. Suas características, contudo, se mostraram diferentes do aterro decorrente do desmonte do Morro do Castelo. Nesse caso, pareceu tratar-se de episódios locais, que aparentam ter recolhido material das imediações, sem muito transporte, tendo em vista que apareceram fragmentos maiores de faianças portuguesas, raros no caso dos processos traumáticos adotados não só no desmonte do Morro do Castelo, mas também no transporte dos seus sedimentos para deposição à beira-mar.

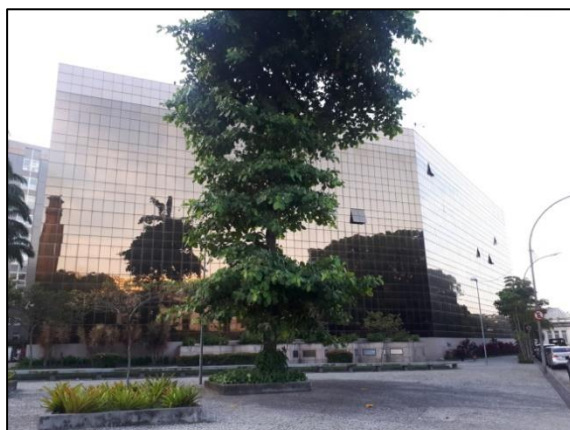
Robustos alicerces de concreto e alvenaria de tijolos maciços apareceram em grande parte do terreno, atestando que existiu ali uma edificação de porte expressivo. A análise da iconografia da Exposição de 1922 mostrou se tratar da área destinada ao setor nacional, na Misericórdia, entre o antigo Arsenal de Guerra e o novo Mercado Municipal.

Nela, no prédio demolido, funcionou o Pavilhão da Viação e Agricultura, projetado pelo arquiteto A. Morales de los Rios, vizinho ao que foi posteriormente ocupado pelo Museu da Imagem e do Som, originalmente destinado ao Pavilhão da Administração, até hoje de pé. Esta, portanto, foi a edificação de porte cujas fundações foram encontradas no decorrer das escavações da Lâmina V, ocupando grande parte da subsuperfície imediata do seu terreno (Figura 19).

Figura 19 – A fachada do Pavilhão de Viação e Agricultura, de 60m de extensão, terreno onde foi edificada a Lâmina V, tendo ao lado o Pavilhão de Administração, até recentemente Museu da Imagem e do Som. Foto de Augusto Malta, de 07 de janeiro de 1922. Acervo do Museu da Imagem e do Som.



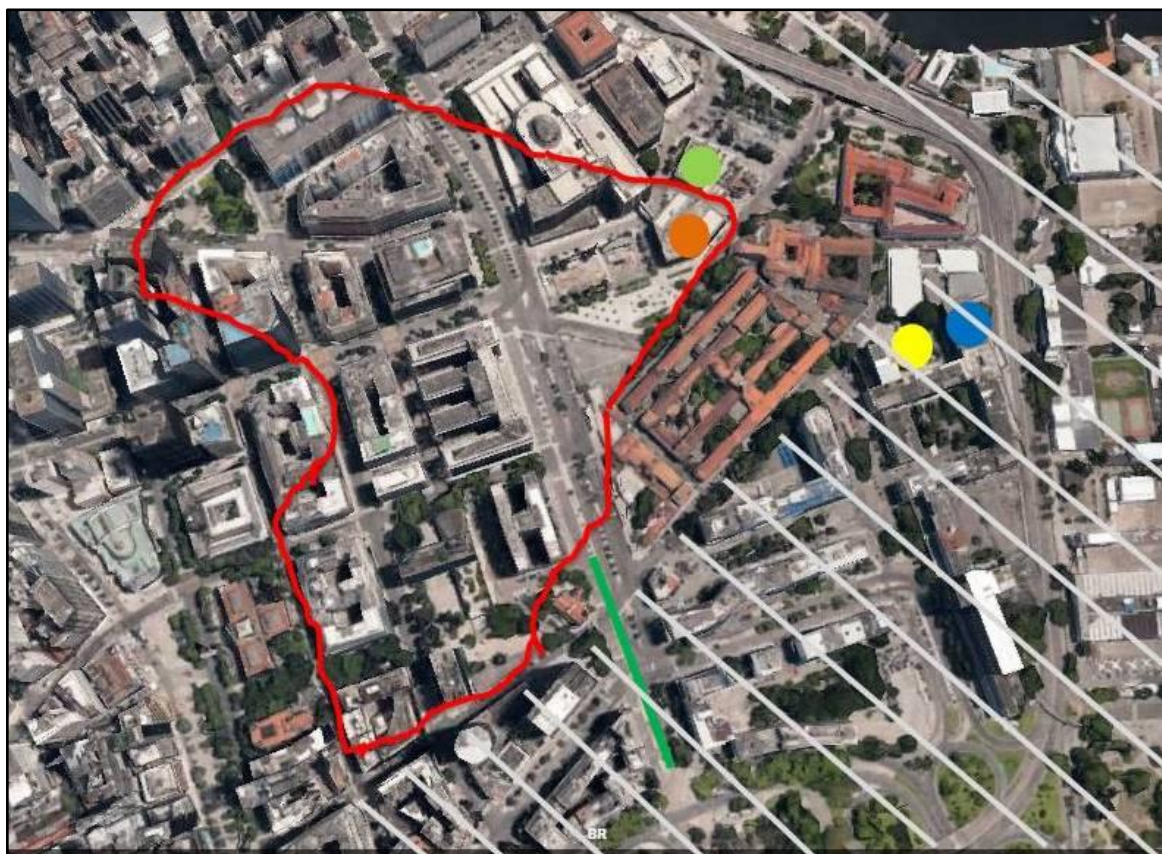
Figura 20 – Fachadas atuais das Lâminas IV e V do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Fotos: A. Jundi.



Em ambos os terrenos, assim como em todos acima descritos, foram recuperados dormentes e trilhos, elementos do sistema de vagonetes utilizado no episódio do desmonte do Castelo, para transporte de sedimentos até a linha d'água, com vistas ao seu aterramento.

Outros terrenos, adjacentes aos aqui apresentados e igualmente no entorno do Morro do Castelo, foram monitorados por outros grupos de pesquisa, por ocasião da construção de empreendimentos vizinhos. Seus resultados, contudo, não chegaram a ser publicados.

Figura 21 – A Imagem do *Google Earth* mostra tentativamente, em contorno vermelho, a área aproximada do antigo morro do Castelo. A linha verde, o trecho monitorado para a construção da Garagem Subterrânea Santa Luzia, na Av. Presidente Antônio Carlos; a esfera amarela, a área da Garagem do Ministério Público do Rio de Janeiro; a azul, a da Academia Brasileira de Medicina; a laranja, a da Lâmina IV do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; a verde, a da Lâmina V do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. A área hachurada corresponde ao trecho aterrado com os sedimentos resultantes do desmonte, que se estende além do que mostra a imagem. Autoria: A. Jundi.



E A ARQUEOLOGIA APONTA UM OUTRO LADO DA HISTÓRIA

Dentre o que foi possível recuperar nos sedimentos resultantes do desmonte do antigo Morro do Castelo, um achado em especial mereceu nossa atenção particular: a quantidade e variedade de azulejos encontrados na área do edifício-garagem do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Em um primeiro momento, consideramos que se tratasse de azulejaria portuguesa muito antiga, dos primeiros tempos da sua ocupação. Entretanto, graças à colaboração da Dra. Dora Alcântara, arquiteta do IPHAN e renomada especialista em azulejos no Brasil e em Portugal, foi feita sua correta identificação: trata-se na sua quase totalidade de azulejaria holandesa dos séculos XIX e início do XX.

A confusão inicial foi devido ao fato de que antigos padrões decorativos de séculos anteriores tinham sido revividos, “para que não fossem esquecidos”, e também para atender à demanda de colecionadores. Esse foi o caso de certos padrões tradicionais, alguns do século XVII, como o das *figuras avulsas*. Mais ainda, os mesmos padrões

decorativos foram fabricados tanto em Portugal quando na Holanda por diferentes estabelecimentos, o que dificultava o reconhecimento da sua correta procedência. É o caso, entre outros, do padrão conhecido em Portugal como *estrela e bicha*, de provável fabricação lisboeta, copiado pela Holanda e lá designado como *viersteren*, que significa quatro estrelas (esse padrão, como muitos outros, é formado por quatro azulejos), produzido por diferentes fabricantes. O inverso também ocorreu, com a empobrecida azulejaria portuguesa do século XIX copiando padrões holandeses, franceses e ingleses.

A distinção entre azulejos holandeses e portugueses com um mesmo padrão decorativo não pode ser feita pelas dimensões, que são as mesmas em ambos, em torno de 13,5 cm de lado, e também porque nenhum dos dois apresenta o nome do fabricante no tardo. Um forte elemento diferenciador está na espessura, já que os portugueses são bem mais espessos que os holandeses. Contudo há casos em que só a qualidade do biscuito permite reconhecer a procedência, se portuguesa ou holandesa, mas isso requer um conhecimento bem mais especializado. Esse é o caso da Dra. Alcântara, que os identificou com segurança. Assim, a despeito de alguns poucos casos duvidosos, a amostra recuperada nas escavações é esmagadoramente de azulejos holandeses do século XIX, sendo poucos os portugueses (Figura 22).

Segundo Alcântara, (*com. pessoal*), Santos Simões, referência para o estudo dos azulejos holandeses na Península Ibérica, conheceu alguns dos sobrados com azulejos holandeses no Rio de Janeiro. Sua hipótese era a de que a importação, pelo Brasil, de azulejos de outros centros produtores europeus – no caso, holandeses, franceses, alemães, belgas, entre outros –, teria ocorrido no vácuo decorrente da desorganização da indústria cerâmica portuguesa durante a invasão francesa nas primeiras décadas daquele século. Falamos aqui do final do século XIX e início do XX, quando, para além da decadência da produção ceramista daquele país, inequivocamente esgarçaram-se as relações entre Brasil e Portugal.

A amostra em questão é atribuída ao Morro do Castelo, tendo em vista que praticamente inexisiam unidades domésticas naquele trecho da várzea, entre a Santa Casa da Misericórdia e o Arsenal de Guerra. Há apenas representações de algumas casas de moradia na planta de Jacques Funck, de 1768, ocupações irregulares ao lado do Arsenal de Guerra, mas que foram demolidas no século seguinte para a sua ampliação⁹. Em relatório de 1856, essas ocupações foram descritas pelo Brigadeiro João José da Costa Pimentel como “um pequeno quarteirão de *casas insignificantes (grifo nosso)*, que faz frente ao Largo da Batalha, e outro que fica pelo fundo do mesmo Arsenal do lado de Santa Luzia”¹⁰. Esse quarteirão seria o definido pelo beco que ficava atrás da Misericórdia, segundo planta de 1820¹¹, e que deixou de existir. Também o Pe. Perereca (SANTOS, 1981:42) se refere a essas casas, “das quais algumas *parecem ser da primeira edificação da cidade, (grifo nosso)* ocupando o terreno fronteiro à Misericórdia e do Recolhimento, como também por detrás deste caminho, que conduz para Santa Luzia até certa distância”. A expressão *casas insignificantes*, do Brigadeiro Pimenta, bem como a avaliação do Pe. Perereca de que elas parecem ser das mais antigas da cidade, positivamente não permite atribuir a elas fachadas revestidas de azulejos do século XIX, com requintes decorativos; é o que efetivamente sugere o desenho de 1728 (Figura 1), representando uma sequência

⁹ FUNCK, Jacques. *Relation Générale de toutes les forteresses de Rio de Janeiro*. 7 de outubro de 1768. Mss. Biblioteca Nacional. FUNCK, Jacques. *Project pour aggrandir le Arsenal du Trem a Rio de Janeiro avec un cour additional, hangars e d'autres bâtimens pour loger l'artillerie & la munition nécessaire de cette place*. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1770. Mss. Biblioteca Nacional.

¹⁰ PIMENTEL, João José da Costa. *Relatório do Brigadeiro diretor interino do Arsenal de Guerra da Corte, João José da Costa Pimentel, 28 de fevereiro de 1856*. Mss. Arquivo Nacional.

¹¹ PLANTA desde o princípio do Largo do Paço até o Arsenal Real do Exército, janeiro de 1820. Mss. Arquivo Histórico do Exército.

de casas simples na base da elevação. Restam assim, à falta de outras possibilidades, unidades residenciais do Morro do Castelo.

Figura 22 – Alguns dos padrões decorativos dos azulejos holandeses do século XIX encontrados nas escavações da garagem do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro que constam (em contorno vermelho) do catálogo da fábrica Jan van Hulst, em Harlingen, norte da Holanda¹². Fotos: T. A. Lima.



¹² Muito antigo, esse estabelecimento produtor de azulejos remonta a 1634. Entre 1849 e 1933 manteve o nome do proprietário Jan van Hulst, e, a partir de 1873, tornou-se Fábrica Real de Azulejos (*Koninklijke Fabriek van Muurtegels*). Seus descendentes conseguiram manter o empreendimento com a mesma designação até 1933, quando finalmente fechou. O intervalo de funcionamento com a denominação *J. van Hulst, Harlinger* é compatível com o período em que os azulejos adornaram casas no Morro do Castelo, entre a segunda metade do século XIX e o início da década de 1920. Disponível em <http://www.capriolus.nl/nl/content/hulst-koninklijke-fabriek-van-muurtegels-j-van>. Acesso em 15 de maio de 2019.

Figura 23 – A e C, fragmentos de telhas de beiral de louça pintada, em diferentes padrões decorativos. B, seu efeito visual nos beirais de telhados oitocentistas. C, base de estátua da fábrica Santo Antonio do Porto, Portugal. D, cabeça de estátua, 22 cm. E, fragmentos de estátuas: face, braço, mão, dedo, partes do corpo, utilizadas no ornamento de fachadas em platibandas ou em jardins. Fotos: T. A. Lima.



O fato de que a amostra recuperada tenha sido em sua maioria de azulejos holandeses, com poucos provenientes de Portugal, permite supor um progressivo apagamento de Portugal na cidade do Rio de Janeiro. Assim, no Morro do Castelo, o espaço da tradição, onde a arqueologia esperava encontrar Portugal, surpreendentemente encontrou a Holanda. Cumpre reiterar, além da ruptura formal que

ocorreu nos primeiros tempos do período republicano, a forte hostilidade aos lusitanos por parte de segmentos da população determinou o arrefecimento de muitas de suas expressões materiais no Rio de Janeiro, ao final do século XIX e início do XX.

A abundante e significativa amostra de elementos arquitetônicos mais refinados, como telhas de beiral pintadas e estátuas de louça (Figura 23), permite supor uma outra perspectiva para a conhecida decadência do Morro do Castelo, exaustivamente comprovada em fontes textuais e iconográficas. A notável quantidade e diversidade de azulejos recuperados, que inclui dezenas de tipos representados por inúmeros fragmentos, sinaliza a construção (ou, pelo menos, a reforma) de casas com um substancial investimento de recursos. Não resta dúvida de que se trata de azulejos de demolição, posto que eles ainda apresentam, no verso, remanescentes da argamassa empregada na sua aplicação. O fato desse investimento ter ocorrido em fins do século XIX e início do XX, em um período em que, segundo fontes textuais, foi o de maior degradação da área, demonstra que, contrariamente ao que sempre se sustentou, pelo menos um setor do Morro do Castelo manteve uma condição diferenciada, com edificações azulejadas externamente e os requintados elementos arquitetônicos referidos acima, frequentes na arquitetura urbana da elite oitocentista.

Esse embelezamento externo em moradias no Morro do Castelo demonstra que, no final do século XIX, em meio aos acalorados debates sobre o desmonte do morro, entre os reformistas e os que defendiam o marco histórico de fundação da cidade, a “colina sagrada” e seus milhares de moradores que não teriam para onde ir, paradoxalmente ali estavam sendo construídas ou pelo menos reformadas edificações com certo refinamento. Assim, o registro arqueológico evidencia, ao menos para um setor do morro, o contrário do que afirmam os registros documentais. É mais uma vez se estabelece a tão produtiva tensão, na Arqueologia Histórica, entre o registro documental e o registro arqueológico. A iconografia existente, produzida por Augusto Malta, fotógrafo oficial da cidade a serviço do governo e dos seus interesses, mostra o morro efetivamente degradado e nenhuma imagem documenta esse setor próspero que a arqueologia está encontrando. A memória dessa vertente, privilegiada face aos demais moradores, foi praticamente apagada, tendo permanecido viva apenas aquela sustentada pelo poder público, ou seja, o Castelo como uma área da cidade que teria que ser erradicada, custasse o que custasse, para que o Rio – eliminando suas vergonhosas origens portuguesas – se convertesse em uma Paris tropical.

As classes dominantes do Rio de Janeiro desenvolveram um forte repúdio à face lusitana da cidade e do seu povo, e deliberadamente apagaram seus traços com uma pesada maquiagem francesa. De nada adiantaram os violentos protestos feitos à época. O Rio optou por destruir intencionalmente seu berço e renegar suas raízes, em nome da construção de uma nova identidade. Com os olhos postos no futuro, escolheu apagar o passado. Mais que uma aspiração ao progresso e à modernidade, o arrasamento do Castelo parece ter constituído na verdade uma ruptura proposital e fortemente simbólica com o passado colonial. Do que foram as origens da cidade, suas primeiras edificações e a intensa vida no morro ao longo de quatro séculos ficaram apenas os fragmentos que hoje, talvez inconvenientemente, a arqueologia vem recuperando, para mostrar que a história não foi bem aquela que sempre nos foi contada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de Almeida. 2010. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*, vol. I. Rio de Janeiro, Andrea Jacobsson Estúdio.
- BARREIROS, Eduardo Canabrava. 1965. *Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro (1565 – 1965)*. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. 1992. *Pereira Passos: um Haussman tropical*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes / Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração.
- CARDOSO, Maria Helena Cabral de Almeida. 1989. A herança arcaica do Jacobinismo. In *Anais do Congresso Nacional de História da Propaganda, Proclamação e Consolidação da República*. Rio de Janeiro: IHGB, p. 53-76.
- CARVALHO, José Murilo. 1987. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras.
- CASTRO, Adler Homero Fonseca de. 2010. *Parecer 09/2010*, Departamento de Proteção Material – DEPROT / IPHAN, de 26 de julho de 2010.
- CAVALCANTI, Nireu. 2004. *O Rio de Janeiro Setecentista. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- COARACY, Vivaldo. 1988. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. Coleção Reconquista do Brasil, v. 132. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo:Edusp.
- DICKENS, Roy Selman (ed.). 1982. *Archaeology of Urban America: the search for pattern and process*. New York, Academic Press.
- FOLEY, Vincent P. 1967. Pré-1800 Historic Sites-urban. *Historical Archaeology* 1:43-46.
- FUNCK, Jacques. 1768. *Relation Générale de toutes les forteresses de Rio de Janeiro*. 7 de outubro de 1768. Mss Biblioteca Nacional.
- FUNCK, Jacques. 1770. *Project pour aggrandir le Arsenal du Trem a Rio de Janeiro avec un cour additional, hangars e d'autres bâtimens pour loger l'artillerie & la munition nécessaire de cette place*. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1770. Mss. Biblioteca Nacional.
- HAHNER, June E. 1976. Jacobinos versus Galegos: Urban Radicals versus Portuguese Immigrants in Rio de Janeiro in the 1880's. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 18(2):125-54.
- INGERSOLL, Daniel W. 1971. Problems of urban historical archaeology. *Man in the Northeast* 1(2): 66-74.
- LIMA BARRETO, Afonso Henriques. 1920. Megalomania. *Revista Careta*, 28 de agosto de 1920.
- LIMA, Tania Andrade. 1994. De morcegos e caveiras a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais). São Paulo, *Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material*, Nova Série, 2:87-150.
- LIMA, Tania Andrade. 2011. Comunicação feita à mesa redonda *A formação de acervos em Arqueologia no Brasil*, II Encontro Regional de Estudantes de Arqueologia do Nordeste, III Erearq, realizado na Universidade Federal do Piauí, em Teresina, nos dias 16 e 17/05/2011.
- LIMA, Tania Andrade; ALCÂNTARA, Dora de; SENE, Gláucia Malerba & MORGADO, Andrea Jundi. 2008. *Portugal sai de cena, cai o Morro do Castelo*. Uma arqueologia urbana do berço do Rio de Janeiro. Comunicação feita ao II Fórum Luso-Brasileiro de Arqueologia Urbana, realizado na Universidade de Coimbra entre os dias 09 e 11 de outubro de 2008.
- LIMA, Tania Andrade; SENE, Gláucia Malerba; MORGADO, Andrea Jundi. 2010. *Arqueologia Urbana: antídoto contra amnésias sociais*. Comunicação feita ao XVII Congresso Nacional de Arqueologia Argentina, realizado na Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Nacional de Cuyo, em Mendoza, Argentina, entre 11 e 15 de outubro de 2010.

- LIMA, Tania Andrade; SENE, Glaucia Malerba; MORGADO, Andrea Jundi. 2010. Arqueologia Urbana: antídoto contra amnesias sociais”. In: BÁRCENA, J. Roberto y CHIAVAZZA, Horacio (eds.). *Arqueología Argentina en el Bicentenario de la Revolución de Mayo*, XVII Congreso Nacional de Arqueología Argentina. Mendoza, Zeta Editores, Tomo III, Capítulo 19, pp. 999-1004.
- MOTTA, Marly Silva da. 1992. *A Nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas / CPDOC.
- MUZZI, Amanda G. 2008. Monarquistas restauradores e jacobinos: ativismo político. *Estudos Históricos*, 21(42):284-302.
- NONATO, José Antonio & SANTOS, Núbia M. 2000. *Era uma vez o morro do Castelo*. Rio de Janeiro, Iphan.
- PLANTA desde o princípio do Largo do Paço até o Arsenal Real do Exército, janeiro de 1820. Mss. Arquivo Histórico do Exército.
- QUEIROZ, Sueli Robles Reis de. 1986. *Os radicais da República*. Jacobinismo: ideologia e ações. 1893-1897. São Paulo: Brasiliense.
- QUEIROZ, Sueli Robles Reis de. 1989. O Jacobinismo na Primeira República: reforma ou revolução? In. *Anais do Congresso Nacional de História da Propaganda, Proclamação e Consolidação da República*. Rio de Janeiro: IHGB, 2º volume, p. 227-38.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. 1968. *Evolução urbana do Brasil (1500 – 1720)*. São Paulo, Pioneira.
- SALWEN, Bert. 1973. Archaeology in Megalopolis, Updated assessment. *Journal of Field Archaeology*, 5:453-59.
- SANTOS, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). 1981. *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Tomo I. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp.
- SEVCENKO, Nicolau. 2003. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras.
- STASKI, Edward. 1982. Advances in Urban Archaeology, In: SCHIFFER, Michael B. (ed.), *Advances in Archaeological Method and Theory*, vol. 5, New York, Academic Press, pp 97-149.
- STASKI, Edward (ed.). 1987. Living in Cities: Current Research in Urban Archaeology. *Historical Archaeology*, Special Publication Series 5.
- VIEIRA FAZENDA, José. 2011. “Águas do Monte”. In: Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. *Revista do IHGB*, tomo 88, vol. 142 [1920], Documenta Histórica.